

**HABEAS CORPUS Nº 494.068 - RS (2019/0046630-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : CRISTIANE PRETTO - RS057069  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : MAICON PEIXOTO GOULART (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **MAICON PEIXOTO GOULART**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, nos autos do agravo em execução n. 70079027934, assim ementado (fls. 76-81):

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, ROUBOS MAJORADOS. PROGRESSÃO DE REGIME CUJA CONCESSÃO É INVIÁVEL NESTE MOMENTO.*

*A nova redação dada ao art. 112 da Lei de Execução Penal pela Lei nº 10.792/03, ao afastar dos requisitos legais a necessidade de exame criminológico para a análise dos pedidos de progressão de regime e livramento condicional, não vedou a possibilidade de o julgador utilizar outros meios de prova para balizar seu convencimento. Evidenciado, à luz de seu histórico carcerário, que o apenado ainda não apresenta condições de ser reinserido em convívio social mais amplo, é imperativa a desconstituição da decisão que concedeu ao apenado o benefício da progressão de regime ao reeducando. AGRAVO PROVIDO."*

Daí o presente **writ**, no qual a Defensoria Pública estadual, ora impetrante, alega que a decisão afronta o princípio da dignidade da pessoa humana e da individualização da pena, uma vez que *"vai de encontro à necessidade de busca 'de soluções tendentes à descarcerização"* (fl. 6).

Aduz que a existência de faltas no curso da execução não pode ensejar o indeferimento da progressão de regime, pois requisito estranho à lei.

Afirma a necessidade de observância de um requisito fixo para análise do mérito subjetivo, limitando-se a atuação discricionária do Juízo.

Sustenta que *"não se pode deixar de observar que é de suma importância viabilizar um convívio gradual com a sociedade e, ao mesmo tempo, manter um controle estatal, porque é evidente que se o paciente não tiver uma nova oportunidade de recomeçar sua vida, passo a passo, não será possível reinseri-lo ao ambiente externo. Da mesma forma que não se mostra adequado, após muitos anos de encarceramento no regime fechado, de inopino, alcançar o livramento condicional ou até mesmo a liberdade plena, com o cumprimento integral da pena."* (fl. 7).

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, a fim de se deferir ao paciente a progressão de regime.

É o relatório.

**Decido.**

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição in limine**, não se verifica a presença dos requisitos necessários para a concessão da medida urgente, uma vez que a orientação adotada pelo v. acórdão impugnado, **prima facie**, encontra respaldo em julgados desta Corte.

Com efeito, o entendimento da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é de que o cometimento de faltas graves constitui fundamento idôneo para afastar o preenchimento do requisito subjetivo necessário para a progressão de regime.

É o que se verifica dos seguintes precedentes:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. COMETIMENTO DE FALTAS GRAVES NO CURSO DA EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT**

**NÃO CONHECIDO.**

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do mandamus, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

2. Na espécie, o entendimento do Tribunal a quo encontra-se em harmonia com a jurisprudência consolidada por esta Corte Superior de Justiça, no sentido de que a prática de falta grave impede a concessão da progressão de regime prisional, por evidenciar a ausência do requisito subjetivo exigido durante o resgate da pena, nos termos do art. 83, III, do Código Penal.

3. Registre-se, ainda, que é firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

4. Habeas corpus não conhecido." (HC 433.642/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 12/04/2018, grifei)

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. WRIT ORIGINÁRIO  
NÃO CONHECIDO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE  
REGIME INDEFERIDA. REQUISITO SUBJETIVO NÃO  
IMPLEMENTADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. FUGA DO  
ESTABELECIMENTO PRISIONAL. INEXISTÊNCIA DE  
FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.**

1. Esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, porém ressalta a possibilidade de concessão da ordem de ofício se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente, o que não é o caso dos autos.

2. A análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das execuções, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fato ocorrido durante a execução da pena (fuga do estabelecimento prisional),

*justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional, por inadimplemento do requisito subjetivo.*

3. *Evidenciada a idoneidade da fundamentação utilizada na origem, não há falar, portanto, em existência de flagrante ilegalidade que justifique a concessão da ordem de ofício.*

*Agravo regimental desprovido."* (AgRg no HC 387.056/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 12/05/2017, grifei)

**"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. INDEFERIMENTO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO. HISTÓRICO CARCERÁRIO CONTURBADO. PRÁTICA DE FALTAS DISCIPLINARES DE NATUREZA GRAVE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE FLAGRANTE. INEXISTÊNCIA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

1. *Legítima é a denegação de livramento condicional com base em fundamentos concretos, que acarretam o não preenchimento do requisito subjetivo, como o histórico carcerário conturbado do apenado.*

2. *Decisão monocrática mantida.*

3. *Agravo regimental improvido."* (AgRg no HC 414.730/MS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 14/03/2018)

Assim, não restando configurada, de plano, flagrante ilegalidade, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao Juízo das Execuções Penais.

Após, vista ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator

